timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XI PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 108 JANEIRO 1995

UM MAIOR PROTAGONISMO

A 5ª ronda das conversações entre Portugal e a Indonésia, sob o patrocínio do SG da ONU, abriu espaço para um maior protagonismo dos timorenses.

As análises feitas sobre a reunião de Genebra apontam maioritariamente para a considerarem um passo positivo. Porque abriu espaço para a participação timorense nas conversações sob os auspícios do SG, embora com o estatuto político do território fora da agenda (e terá o regime indonésio capacidade para o impedir?). E porque foi previsto para a próxima ronda abordar as chamadas "*questões essenciais*".

A complexidade da questão cresce e isso mesmo mostram as declarações feitas, antes e depois do encontro de Genebra, por alguns dos principais intervenientes no processo e alguns modeladores da opinião pública.

ANTES...

Editorial (resumido) do jornal *Kompas* de 24 de Dezembro de 1994: em meados de Fevereiro de 1994 o Ministro Ali Alatas teve uma reunião de trabalho com uma Comissão Parlamentar que o pressionou a ser mais "*ofensivo*" na questão de Timor Leste. Frustrado, Alatas disse aos agressivos deputados que "*certas forças*" [Armadas?] interferem no trabalho do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a questão. Contrariamente ao desses outros, o trabalho do Ministério começa e acaba com a realidade de que as Nações Unidas não reconhecem a incorporação de Timor na Indonésia. O resultado tem sido que, em 1994, a questão tem regredido, mais do que tem progredido. As reacções indonésias ao seminário nas Filipinas sobre Timor foram amplamente consideradas como excessivas. Os 29 jovens que escalaram a cerca da embaixada dos EUA durante a cimeira da APEC dominaram os noticiários internacionais e ensombraram as realizações da Indonésia como o tornar-se presidente do Movimento dos Não-Alinhados, presidente da APEC e membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU. A lição a tirar é a de se rever, mais uma vez, o que tem sido feito em favor dos timorenses. [O *Kompas* é o diário indonésio de maior tiragem - mais de 400.000 exemplares - ligado aos meios católicos conservadores].

Nas vésperas de partir para Genebra o Ministro Alatas, na sua tradicional conferência de imprensa de princípio de ano, acusa Portugal de manter uma atitude agressiva. "*Sempre que acontece alguma coisa, eles* [os portugueses] *são os primeiros a aparecer e a dar para a imprensa todo o tipo de versões inflamatórias e altamente exageradas, do que aconteceu. (...) Isto não ajuda muito a criar o tipo de confiança, a criar o tipo de atmosfera conducente à solução do problema*" (*Voz da América*, 4/1/95). "*Gostaríamos de perguntar a Portugal o que tem feito para implementar as medidas de criação de confiança - infelizmente não tenho visto muito da implementação destas medidas por parte de Portugal. (...). Devemos dar e receber - nem de longe existe uma tal atitude na posição de Portugal. Na verdade, a sua posição de base torna-se cada vez mais inflexível.*" Ali Alatas refere, em contrapartida, as iniciativas indonésias: autorização a delegações parlamentares estrangeiras para visitarem Timor Leste, a visita do Relator Especial da ONU, a autorização para os 29 ocupantes da embaixada norte-americana partirem para Portugal. O Ministro admite a possibilidade de, na procura de um fim para o problema, Jacarta dar "*mais privilégios*" a Timor sem, no entanto, lhe conceder um "*estatuto especial*". O jornalista da *AAP* lembra que o governador do território, Abílio Osório, está empenhado num plano para dar à "*província*" uma autonomia extra e um estatuto especial, como meio de resolver a questão e ganhar o reconhecimento internacional para o domínio de Jacarta. Apesar da rejeição do plano por Alatas, o governo indonésio tinha criado uma comissão para estudar a proposta que tornaria Timor Leste a 4ª província especial

neste número:

CONVERSAÇÕES BARROSO/ALATAS

OGMA II: TIMOR EM CAUSA

O DIÁRIO DO SGT. BUDIANTO

do país [as outras três são a de Jacarta, a de Yogyakarta e o Aceh] (*AAP*, 4/1/95).

Abílio Osório diz aos jornalistas que o Presidente Suharto tinha rejeitado a ideia de autonomia ou de estatuto especial para Timor em Maio último, quando lhe tinha apresentado estas opções num encontro que então teve com ele (*Radio Australia*, 9/1/95).

Nas vésperas de partir para Genebra o Ministro Durão Barroso diz aos jornalistas que Timor Leste será, em 1995, uma questão prioritária na política externa portuguesa. "*A ocupação da embaixada dos EUA em Jacarta e os recentes protestos em Díli mostraram à comunidade internacional que o espírito de resistência dos timorenses está vivo e merece todo o nosso apoio diplomático. (...) Todos os que pensaram que* [a questão] *estava morta ou esquecida estavam seriamente enganados*". O Ministro, porém, cautelosamente acrescenta: "*Em diplomacia não há vitórias definitivas*" (*AFP*, 4/1/95).

... E DEPOIS

Clementino dos Reis Amaral, um natural de Timor Leste que faz parte da Comissão Indonésia dos Direitos Humanos [e integrou a comissão nomeada por Jacarta para investigar o massacre de Santa Cruz] diz que não deve ser o governo a escolher quem representa os timorenses. "*Devem perguntar a nossa opinião porque somos nós que conhecemos os nossos problemas. (...). Deveria ser dada à jovem geração em Timor Leste ao menos a oportunidade de expressar os seus pontos de vista sobre o assunto.*" Acrescenta que é difícil negar que os timorenses não se sentem satisfeitos com a presente situação. "*Penso que aqueles que são contra a integração também querem a melhoria dos direitos humanos e a diminuição da presença militar.*" Quanto a Florentino Sarmento [que foi director da mais importante ONG timorense, a ETADEP] afirma de Díli que a ideia de abrir novas conversações entre os timorenses era um passo positivo. "*Tudo depende agora da Indonésia, como potência ocupante do território, mais do que de Portugal ou da ONU. Eles têm que fazer concessões não apenas no contexto internacional.*" (*Reuter*, 10/1/95).

Durão Barroso, ao encontrar-se com os jornalistas no dia seguinte ao encontro com Ali Alatas e Boutros-Ghali, afirma que o tempo está agora do lado de Portugal na sua batalha pela autodeterminação de Timor, embora ainda longe de uma solução política final, e apesar da falta de apoio dos seus parceiros da União Europeia. Algumas das maiores potências da UE, ávidas de comerciar com a Indonésia, estão a adoptar uma política de "*dois pesos e duas medidas*" na questão da violação dos direitos humanos em Timor Leste, diz o Ministro. Dando o exemplo da Grã-Bretanha, o primeiro fornecedor europeu de armas ao regime de Jacarta, Durão Barroso diz: "*Não queremos pôr em causa as relações comerciais dos nossos parceiros mas para falar francamente - e disse isto aos meus colegas - lamentamos certas posições defensivas da Europa nesta questão. (...). Não se pode criticar a Líbia, não se pode criticar Cuba, e depois esquecer a Indonésia.*" Comentando os resultados do encontro, o Ministro reconhece que os progressos têm sido muito lentos devido ao antagonismo de posições. Uma opção favorecida por Portugal era a de uma espécie de "*autonomia de transição*" para o território enquanto se discutia o seu estatuto político. Os indonésios não tinham dado ainda qualquer sinal de que aceitariam tal proposta. Durão Barroso mostra-se, porém, confiante. O interesse pelo problema a nível mundial tem crescido mais do que declinado, dando-lhe um forte apoio nas negociações. A própria continuação dos protestos em Timor ajuda a manter o interesse elevado. "*Até a alguns anos atrás, a verdade é que os indonésios pensavam que a comunidade internacional esqueceria ou que Portugal se cansaria da questão. Mas agora, como estamos a ver, não é isso que está a acontecer. A resistência está lá - a resistência civil, claro, não a resistência militar. A juventude em Timor Leste mantém a questão muito viva. O que é surpreendente, mesmo nós próprios em Portugal não esperávamos tanto*" (*Reuter*, 10/1/95).

POLÍTICA EXTERNA DE PORTUGAL EM CAUSA

Foi com estupefacção que a opinião pública portuguesa recebeu a notícia de que as OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico) tinham prestado assistência a material de guerra indonésio. A sua estupefacção foi ainda maior ao ouvir o Ministro da Defesa declarar publicamente que "*os motores não têm nacionalidades. São todos iguais*", acrescentando que "*é ridículo dizer que a causa do povo de Timor foi prejudicada ou foi beliscada*" e só apresentaria a sua "*demissão, se isso resolvesse os problemas dos timorenses.*"

É, de facto, ridículo que se queira fazer crer aos cidadãos que duplicidades de critério e de actuação políticos não afectam a credibilidade de Portugal. É precisamente esta postura de "dois pesos e duas medidas" que o Governo português e a sociedade civil têm criticado quando se referem ao comportamento das autoridades da Austrália, da Grã-Bretanha, da Alemanha, da Espanha, dos Estados Unidos...no caso de Timor.

Não é a primeira vez que os esforços diplomáticos de Portugal quanto à defesa da autodeterminação e independência de Timor Leste se vêm contraditados por outras medidas do mesmo Governo: quando se desacompanha o processo de paz no Sahara Ocidental que conduzirá à realização de um referendum, quando se "acolhem" os timorenses que escapam à repressão indonésia, quando o nosso país consta dos relatórios anuais da Amnistia Internacional... Estes factos são largamente utilizados pelas autoridades indonésias. E são também habilmente explorados pelos países que desejam, a todo o custo, manter e ampliar as suas relações comerciais com a Indonésia - sobretudo aqueles que vendem armas a Jacarta.

No momento em que a política externa portuguesa estava a conseguir resultados positivos na luta diplomática pela questão de Timor, no momento em que os diplomatas portugueses se encontram empenhados numa difícil discussão com os seus parceiros da União Europeia visando a Comissão de Direitos Humanos em Genebra, os acontecimentos das OGMA tiram margem de manobra à diplomacia portuguesa e arriscam-se a condenar ao fracasso esses esforços.

Se Portugal tem uma política para Timor Leste definida de acordo com as suas responsabilidades e os preceitos constitucionais e se quer aplicá-la consequentemente, o Goveno tem, neste caso, de tomar uma atitude que reponha a sua inteira credibilidade e a credibilidade do país [do comunicado da CDPM de 23/1/95].

LEVADO PELO VENTO DA FLORESTA

Os documentos apreendidos a um sargento indonésio, morto em Timor Leste, dão uma outra imagem da guerra no território.

Em meados de Dezembro passado, o jornal australiano *The West Australian* deu a conhecer aquilo que apresentou como os documentos do Sargento Budianto.

Enviados clandestinamente de Timor, teriam pertencido a um militar indonésio morto em Outubro de 94 por um franco-atirador das Falintil, o braço armado da Resistência. Deles faziam parte um mapa de campanha, a ordem de trabalhos de um encontro no comando militar em Díli, um diário com notas militares, uma lista de abastecimentos, fotografias de soldados indonésios nas florestas de Timor Leste e fotografias e cartas de ordem pessoal.

O jornal só decidiu dar-lhes publicidade depois de se certificar da sua veracidade.

O mapa de campanha, de uma zona no extremo leste da ilha, continha um plano de ataque codificado envolvendo unidades de oito batalhões e tendo como objectivos uma centena de alvos da Resistência assinalados por círculos. Segundo informações recolhidas pelo jornal junto dos meios timorenses no exílio, os alvos tanto poderiam ser campos das Falintil como aldeamentos de camponeses apoiantes da guerrilha.

A ordem de trabalhos referia-se a uma reunião de oficiais superiores tida em Abril em Díli. Reunindo mais de cem oficiais - a maioria dos quais coronéis - proponha-se fazer uma avaliação das operações militares em Timor Leste nos últimos 12 meses. A agenda estava dividida em cinco pontos: operações de espionagem, operações de combate, operações "territoriais", acções "sociais e políticas" e "paz e ordem na sociedade".

A lista de abastecimentos mostrava que para cada acção de patrulha, a cada homem em sete pelotões do Batalhão 431 eram dados 4 carregadores e 90 balas de M-16. De acordo com fontes da Resistência no exterior citadas pelo *The West Australian*, o número reduzido de munições deviase ao receio das autoridades de ocupação de armarem indirectamente os guerrilheiros.

As fotografias mostravam helicópteros do exército, soldados envolvidos em exercícios de combate no mato e em acampamentos nas florestas e momentos de descontracção num campo militar nas montanhas.

O diário do Sgt. Budianto tinha uma serie de notas manuscritas em *bahasa* indonésio sobre tácticas de guerrilha. Ali eram descritos 8 tipos de emboscada e respectivos planos de contra-ataque, listados nomes de código para serem usados pelos soldados, definidas as funções dos batedores, dos assistentes e dos chefes de patrulha.

Segundo aquelas notas, os membros do pelotão eram instruídos a confiar nas populações para colher informações sobre os movimentos do inimigo.

Do diário faziam igualmente parte notas sobre a cultura timorense e a tradução em têtum de palavras como "*espingarda*", "*rendição*" e "*traz água*".

As notas continham ainda observações sobre o dia-a-dia das patrulhas, revelando que os soldados negligenciavam no encobrir as suas pistas e não prestavam suficiente atenção às do inimigo.

Eram aconselhados a ir em grupos de dois e três satisfazer as suas necessidades.

Não eram suficientemente agressivos quando ouviam tiros e precisavam de combater o tédio quando estavam no mato. Tinham que ser corajosos, fortes e resistentes. Não estavam ali para oprimir a população local e deviam prestar atenção à "*questão das mulheres*".

Aos soldados era-lhes dito para se lembrarem de que "*a guerra de guerrilhas tem altos riscos*", que deviam "*tentar fundir-se com a natureza*", evitar os trilhos demasiado conhecidos e, acima de tudo, rezar.

O diário expunha também a doutrinação a que são sujeitos os militares indonésios. Ao longo das suas páginas encontravam-se excertos de canções patrióticas e de juramentos de fidelidade: "*Somos patriotas indonésios, apoiantes e protectores da ideologia nacional, que nunca se renderão*" ou "*as ABRI* [Forças Armadas da República da Indonésia] *são os soldados do povo indonésio, carregando consigo o voto de partilhar a luta da nação filha do povo, nascidas do povo e combatendo com o povo por amor do povo.*"

Dos haveres do Sgt. Budianto constavam ainda coisas de natureza mais pessoal: duas fotografias, uma de Tutik, a sua namorada, com uma amiga, e outra de duas mulheres, talvez irmãs.

Nas costas da sua fotografia, Tutik escreveu: "*mantém a fotografia bem junto de ti para que o vento da floresta a não leve.*" E duas cartas: uma para os pais, outra para a namorada. Nesta, nada é revelado sobre a natureza do seu romance. Mas numa linha, que se encontrava riscada, confessava: "*Se na verdade te preocupas comigo ...*"

The *West Australian* ia entregar todo este material à Cruz Vermelha Internacional para que o fizesse chegar à família do Sgt. Budianto.

Confrontado com estes documentos, o representante especial do CNRM, Ramos-Horta, lamentou o fim trágico daquele militar indonésio. Era um bom exemplo da futilidade da guerra que a Indonésia estava a conduzir em Timor Leste. "*Como é possível que este jovem - e como ele muitos outros - estejam ainda a morrer ao fim de 19 anos? Só porque o mundo permite que o regime indonésio continue esta guerra.*"

TIMOR LESTE: RESISTÊNCIA URBANA ACTIVA

Violentos confrontos explodiram em Baucau no dia de Ano Novo.

À semelhança do que tinha acontecido em Díli em meados de Novembro último, também agora o rastilho foi o assassinato de um jovem timorense de 17 anos, Armando Ximenes, por um transmigrante indonésio de Sulawesi.

Em reacção àquele crime, centenas de jovens invadiram as ruas da cidade, queimando e destruindo lojas e casas pertencentes a indonésios, assim como viaturas.

Segundo as autoridades de ocupação citadas pela agência *Reuter* (3/1/95), pelo menos quatro pessoas teriam morrido: o transmigrante cujo gesto esteve na origem dos confrontos e três timorenses.

No dia seguinte o presidente da Câmara de Baucau, Virgílio Dias Marçal, avançaria perante os jornalistas o número de 5 timorenses mortos, sem adiantar as circunstâncias em que essas mortes teriam ocorrido. Um diplomata confirmaria à *Reuter* a grande tensão que se vivia no dia 3 à tarde em Baucau, com "*uma enorme multidão nas ruas.*"

De acordo com a *France Press* (8/1/95) cerca de 700 transmigrantes de Sulawesi refugiaram-se numa base militar indonésia em Baucau. A maioria declarou não querer ficar na cidade onde alguns já viviam há mais de uma década. "*Antes éramos amáveis uns para com os outros*", disse um deles acrescentando: "*Se houver possibilidade quero ir-me embora*". O governo local ofereceu-se para repatriar todos os que ficaram sem haveres em resultado da sublevação.

Também noutros locais de Timor houve confrontos, embora de uma outra natureza.

Em Díli, às primeiras horas do dia 1 de Janeiro, agentes de segurança à paisana envolveram-se em violência com habitantes da cidade, aparentemente em consequência de terem sido apedrejados (*Reuter*, 8/1/95).

No dia 4, de acordo com um despacho da *AFP*, 6 jovens manifestaram-se junto à Universidade, desfraldando panos contra a presença indonésia e gritando "*Viva Timor Leste*". Fonte citada pela *France Press* disse à agência que a manifestação não durara mais de 2 minutos, adiantando que a mesma não estava directamente ligada à violência em Baucau. A *AFP* citava outra fonte referindo que as autoridades militares tinham cortado a estrada que ligava Lospalos a Lautém, na ponta leste, afirmando desconhecer o motivo de tal operação. A mesma fonte acrescentou que as autoridades indonésias tinham feito vir mais 2 batalhões, elevando para 10 o seu número total no território.

No dia 9, cerca de 30 jovens manifestaram-se de novo junto à Universidade de Timor, desfraldando panos e gritando palavras de ordem contra a presença indonésia, no que foi interpretado como um modo de assinalar a 5ª ronda das conversações Portugal/Indonésia/ONU.

Em Ermera, segundo a *Reuter*, teriam também ocorrido confrontos com as forças de ocupação no dia de Ano Novo.

Dias depois as autoridades militares anunciaram a prisão de 24 pessoas, responsabilizando-as por aqueles acontecimentos. Segundo a Amnistia Internacional, duas delas teriam sido espancadas aquando da sua prisão por polícias à paisana, fazendo recear pela segurança de todos eles.

E a 18 de Janeiro, a *BBC*, citando fontes independentes, dava conta da execução a sangue frio pelo exército indonésio de seis civis timorenses, em consequência da morte de três soldados numa emboscada. Na impossibilidade de capturar os seus autores, o comandante militar local mandou executar os aldeãos, alegando que os mesmos eram simpatizantes da guerrilha. Inicialmente as autoridades tinham apresentado aquelas mortes como sendo a de "*elementos armados da resistência*", mas tal foi prontamente desmentido pelo CNRM que deu as identificações dos assassinados.

INDONÉSIA: ABÍLIO ARAÚJO AGRADECE A SUHARTO

De visita à Indonésia, o antigo dirigente da Fretilin Abílio Araújo

deu uma entrevista ao jornal *Forum Keadilan* pouco depois da sua chegada. Alguns extractos feitos pelo *Tapol*:

"*FK: Como são as suas relações com Ramos-Horta?*

AA: Não tenho quaisquer problemas com o Horta mas talvez ele os tenha comigo. Em 1989 ele abandonou a Fretilin porque rejeitava a minha direcção e queria eleições. Fui eleito presidente da Fretilin em 1984 por um Congresso. Na altura Xanana Gusmão era membro do Congresso. Quando Xanana abandonou a Fretilin designou Horta como seu vice. Assim, eu fui estatutariamente eleito pelo Congresso. Horta nunca foi eleito. Não quero falar com gente que não tem base. Se houver novas eleições estou preparado para concorrer contra o Horta.

FK: É verdade que é visto como traidor pelo grupo de Horta?

AA: Passei toda a minha juventude a lutar por Timor Leste. Um avô meu morreu na guerra colonial portuguesa. O meu pai foi morto naquela guerra. Em 1978 um irmão meu desapareceu depois de se ter rendido ao exército indonésio. Dois outros avós meus foram mortos naquela guerra. É tempo de dizer 'Já tivemos guerra suficiente!'

FK: Quando é que se vai encontrar com o Presidente Suharto?

AA: Muito provavelmente depois do Ano Novo.

FK: O que pretende transmitir-lhe?

AA: Mostrar-lhe-ei o meu apreço pelo apoio que deu, desde o início, à iniciativa que lancei das conversações de reconciliação. Confio no governo indonésio e estou grato pelas coisas positivas que têm vindo a ser feitas durante estes 20 anos em Timor Leste. O processo de reconciliação é uma oportunidade para os timorenses que se encontram no estrangeiro de contribuírem para o desenvolvimento de Timor Leste."

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317